

Centro: Saude

Curso: Serviço Social

Título: AVANÇOS NA POLÍTICA DE SAÚDE E A LUTA POR DIREITOS: UMA REALIDADE PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.

Autores: Cassemiro, L.

Email: luizacassemiro@hotmail.com

IES: UNESA

Palavra Chave: Política de Saúde Direitos Travestis Transexuais

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo identificar as demandas de travestis e transexuais face à implementação da política pública de Saúde. Essa temática é importante para um maior aprofundamento da reflexão acerca das identidades de gênero e possibilitar debates sobre direitos, em especial, os direitos à saúde para esse segmento. Entende-se por identidade de gênero a constituição individual do “eu”, a partir do seu psíquico e emocional definido através do gênero masculino/feminino, podendo ou não corresponder com o sexo atribuído à pessoa no momento do seu nascimento. Para tanto, o trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa, utilizado a metodologia de História Oral, no escopo da dissertação, que permitiu a aproximação do pesquisador às pessoas travestis e transexuais e estas expressaram suas vivências, relações familiares, discriminações e a relação desses fatores com as políticas sociais, principalmente a Saúde, bem como evidenciou o despreparo de profissionais no interior de programas que compõem as políticas de Saúde para lidarem com as demandas trazidas por estes sujeitos. O cotidiano de travestis e transexuais é marcado por sentimentos e ações relacionados à opressão, exclusão, descaso, estigma, negligência e violência que influenciam na construção e na formação da própria identidade e no acesso às políticas públicas e serviços. A política de Saúde compõe-se de um conjunto de diretrizes cuja operacionalização requer planos, estratégias e metas sanitárias. Portanto, faz-se necessário uma interlocução entre a Política Nacional da Saúde com as demais políticas sociais, no intuito de eliminar a discriminação contra essa população Além do desafio de reestruturar SUS – Sistema Único da Saúde como um grande avanço na superação da discriminação contra essa população efetivando e garantindo os direitos para que todos os cidadãos e cidadãs sejam reconhecidos, independentemente da sua identidade de gênero, sendo este um compromisso ético-político para todos os órgãos, gestores, conselheiros, técnicos e profissionais da Saúde.

